

Vol. 7

Jurisdição ambiental consensual e adjudicatória:

reflexões sobre o tratamento
adequado dos conflitos,
controvérsias e problemas
ambientais à luz da teoria
dos direitos e das garantias
constitucionais fundamentais e da
sustentabilidade ambiental

***Flávia Vigatti Coelho
de Almeida***

Coleção
Direitos fundamentais e acesso à justiça no
estado constitucional de direito em crise

Coordenador:
Gregório Assagra de Almeida



SUMÁRIO

PREFÁCIO	17
1. INTRODUÇÃO	19
2. JURISDIÇÃO NA TEORIA GERAL DIREITO PROCESSUAL	25
2.1. Autotutela, autocomposição e a importância dos processos autocompositivos na era atual dos conflitos massificados	27
2.2. Características e conceito da jurisdição individual e coletiva	37
2.3. A jurisdição como um dos institutos estruturais do direito processual	47
3. ORIGENS HISTÓRICAS E EVOLUÇÃO DA JURISDIÇÃO ATÉ O ESTADO DE DIREITO	55
3.1. Jurisdição na Antiguidade	55
3.2. Jurisdição na Idade Média	63
3.3. Jurisdição na Idade Moderna	69
3.4. Jurisdição na Idade Contemporânea: o surgimento do Estado de Direito	72
3.5. Jurisdição no Estado Liberal de Direito e no Estado Social de Direito	75
4. JURISDIÇÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E A TEORIA DOS DIREITOS E DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS	81

4.1. Direito natural e positivismo jurídico em crise e o surgimento do pós-positivismo jurídico a partir de um novo constitucionalismo.....	81
4.2. O novo constitucionalismo e a jurisdição no Estado Democrático de Direito	86
4.3. A teoria dos direitos e das garantias constitucionais fundamentais e sua importância para uma nova compreensão da função jurisdicional.....	96
4.4. Os direitos e as garantias fundamentais na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: a jurisdição como uma garantia constitucional fundamental do indivíduo e da coletividade amplamente considerada.....	108

5. O DIREITO AMBIENTAL COMO

DIREITO FUNDAMENTAL..... 117

5.1. O direito ambiental e sua relevância atual.....	117
5.2. Fases históricas da tutela jurídica do meio ambiente e a sua consagração na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	118
5.3. A tutela ambiental, sua natureza de direito e de garantia constitucional fundamental e alguns dos seus princípios orientadores	123
5.3.1. A tutela ambiental como direito fundamental.....	123
5.3.2. Princípio da prevenção e a precaução como seu desmembramento.....	126
5.3.3. Princípio da reparação máxima ou integral do dano ambiental.....	128
5.3.4. Princípio do poluidor pagador.....	129
5.4. Dano ambiental.....	130
5.4.1. As dimensões do dano ambiental.....	131
5.4.2. A reparação integral do dano ambiental.....	133
5.4.3. A garantia da tutela ressarcitória específica e genérica na defesa do meio ambiente e a possibilidade de sua cumulação em ações coletivas.....	134
5.4.4. A imprescritibilidade da reparação ambiental.....	138
5.5. O constitucionalismo ambiental e o direito fundamental a um ambiente equilibrado, saudável e seguro.....	142
5.6. Meio Ambiente como direito à vida.....	144

5.7. Direitos das futuras gerações e direitos para-além do ser humano no Estado Socioambiental: uma análise à luz dos deveres ambientais e da dignidade como valor constitucional.....	145
5.8. A necessidade de uma cultura de defesa e de preservação do meio ambiente como mandamento constitucional.....	150
5.9. A necessidade de adequação da atuação jurisdicional às necessidades do direito ambiental como direito fundamental e ao desenvolvimento sustentável.....	157
6. PARA SE CONSTRUIR AS DIRETRIZES DA JURISDIÇÃO AMBIENTAL CONSENSUAL (AUTOCOMPOSITIVA) E ADJUDICATÓRIA (IMPERATIVA).....	161
6.1. O direito processual coletivo e os desafios da jurisdição na área ambiental.....	161
6.1.1. Os movimentos em prol do acesso à justiça e o nascimento do direito processual coletivo como um novo ramo do direito processual.....	161
6.1.2. As tentativas de criação no Brasil de um Código de Direito Processual Coletivo.....	167
6.1.3. O direito processual coletivo como novo ramo do direito processual (surgimento, natureza jurídica, objeto, divisão, princípios e regras interpretativas) e sua importância para a proteção e a efetivação do direito ambiental no Brasil.....	171
6.2. A jurisdição ambiental autocompositiva com técnicas de resolução consensual dos litígios e a Jurisdição ambiental imperativa com técnicas coercitivas de resolução dos litígios.....	190
6.2.1. Jurisdição ambiental (noções conceituais).....	191
6.2.2. A jurisdição ambiental autocompositiva a partir da utilização das técnicas de resolução consensual de litígios: alguns dos movimentos atuais de mudança do Sistema Jurídico brasileiro.....	199
6.2.3. Jurisdição ambiental imperativa e a importância dos provimentos mandamentais e coercitivos para a efetiva proteção do direito ambiental.....	222
6.3. A competência jurisdicional na área ambiental e a necessidade de especialização do Judiciário para a tutela adequada do direito ambiental: é necessária a criação de uma Justiça Ambiental no Brasil ou seria suficiente a qualificação adequada dos juízes e a especialização em primeiro grau nos tribunais?.....	223

6.4. Boas experiências de especialização de órgãos jurisdicionais na área ambiental no Brasil.....	231
7. CONCLUSÃO.....	235
REFERÊNCIAS.....	249